

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE O PARECER PRÉVIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS REFERENTE À PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018 DO MUNICÍPIO DE CARMÓPOLIS DE MINAS

PROCESSO Nº 1071780 - ELETRÔNICO

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 03, DE 30 DE JULHO DE 2024.

OBJETO: APROVAÇÃO DAS CONTAS DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CARMÓPOLIS DE MINAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2018.

AUTOR: COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

RELATORA CLJR: WHATIFFA FRANCIELLY DOS SANTOS NOGUEIRA

PARECER

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação recebeu para análise o processo de prestação de contas do exercício de 2018 da Prefeitura Municipal de Carmópolis de Minas, sob responsabilidade do prefeito Geraldo Antônio da Silva.

O Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, relatado pelo Ilustre Conselheiro Substituto Licurgo Mourão e com a representação do Ministério Público pela Ilustre Sra. Maria Cecília Borges, recomendou a aprovação das contas, fundamentado no artigo 45, I, da Lei Complementar 102/2008.

Conforme a Constituição Federal, compete à Câmara Municipal o julgamento das contas do Município:

"Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei."

O julgamento cabe exclusivamente à Câmara de Vereadores, sendo o parecer técnico do Tribunal de Contas apenas opinativo, conforme entendimento reforçado no Recurso Especial (RE) 729744, relatado pelo Ministro Gilmar Mendes.

1. Tramitação:

- a) **Prazo para apreciação:** Segundo a Lei Orgânica Municipal, a deliberação sobre o Parecer Prévio do Tribunal de Contas deve ocorrer em até 120 dias a partir do recebimento, estabelecendo o prazo limite em 11/09/2024, uma vez recebido em 14/05/2024.
- b) **Recebimento do Parecer Prévio:** Após o recebimento, o Presidente da Câmara deve realizar a leitura em plenário e disponibilizar cópias aos vereadores em até 48 horas, conforme o artigo 182 do Regimento Interno.
- c) **Disponibilização ao contribuinte:** Conforme o artigo 56 da Lei Orgânica Municipal, o parecer do TCE/MG deve ficar à disposição dos contribuintes por 60 dias para exame e apreciação.
- d) **Publicidade:** Todos os atos do processo de tomada de contas devem ser publicados nos meios oficiais de comunicação da Câmara Municipal, conforme o artigo 184 do Regimento Interno.
- e) **Prazo de 10 dias:** Após a leitura em plenário, o processo fica sobre a Mesa por 10 dias para possível requerimento de informações adicionais ao Poder Executivo ou a quem de direito, segundo o artigo 183 do Regimento Interno.
- f) **Encaminhamento à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas:** Decorrido o prazo anterior, o Parecer Prévio deve ser encaminhado à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, que tem até 30 dias para emitir seu parecer.
- g) **Parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas:** Após os procedimentos anteriores, a Comissão deve elaborar o Projeto de Decreto Legislativo, recomendando a aprovação ou rejeição das contas.
- h) **Do Projeto de Decreto Legislativo:** Apresentado o Projeto pela Comissão, o ex-prefeito terá 15 dias para apresentar suas considerações.

i) **Do Julgamento das Contas:** Após o prazo para manifestação do ex-prefeito, o Presidente da Câmara deve agendar a votação do Decreto Legislativo, reservando a Ordem do Dia para este fim, conforme o artigo 185 do Regimento Interno.

j) **Quórum:** A aprovação do Projeto requer votação favorável de dois terços dos vereadores, conforme o artigo 31, § 2º da Constituição Federal.

k) **Comissões da Câmara Municipal:** A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final deverá manifestar-se sobre todas as matérias e proposições, conforme o artigo 76, I do Regimento Interno.

2. Mérito:

O mérito do Projeto de Decreto Legislativo deve ser analisado pelos senhores vereadores, considerando todas as etapas e procedimentos previstos.

3. Conclusão:

Observadas todas as formalidades e prazos estabelecidos, e após a manifestação da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, recomendo pela legalidade, constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2024, que aprova as Contas de Governo do Município de Carmópolis de Minas referentes ao exercício de 2018.

Carmópolis de Minas, 31 de julho de 2024.

Ver. José Laércio da Silveira
Presidente

Ver(a). Whatiffa Francielly dos Santos Nogueira
Relatora